

JOVENS ORIUNDOS DE ESCOLAS PÚBLICAS NOS CURSOS ELITISTAS DA UFPB: INGRESSO E PERMANÊNCIA

Nilcione Maciel Lacerda Batista (UFPB)

nilcione_maciel@hotmail.com

Prof. Dra. Emília Maria da Trindade Prestes (UFPB)

prestesemilia@yahoo.com.br

RESUMO

O atual desafio da Universidade Federal da Paraíba- UFPB é assegurar a permanência, com êxito, de grupos diversificados de estudantes, principalmente, os oriundos de escolas públicas. Esse fato aponta para a necessidade de estudos sobre a vivência acadêmica desses sujeitos nas suas trajetórias singulares e ao mesmo tempo instiga a discussão sobre às medidas e programas voltadas para o apoio ao estudante. Dado a amplitude da temática, priorizamos nessa discussão abordar alguns programas adotados pela UFPB que em seus enunciados defendem a democratização do ensino superior como forma de promover inclusão e justiça social, são eles: *Programa Nacional de Assistência ao Estudante (PNAES)*, *Programa de Incentivo ao Aumento da Taxa de Sucesso (PITS)* e os *Programas de Iniciação Científica e Tecnológica/ CNPq*. A principal finalidade deste estudo¹ é apreender os sentidos e o alcance dessas políticas no processo de inserção e permanência dos jovens de origem popular no ensino superior.

Palavras-chave: Democratização. Origem Popular. Sucesso Escolar.

Introdução

A temática relacionada ao acesso e a permanência de jovens das classes populares na educação superior encontra-se na ordem de prioridades das políticas públicas, uma vez que se espera que o poder público atenda, com prioridade, os segmentos sociais mais necessitados de reparação dos danos sociais históricos.

Para a maioria dos jovens de origem popular o processo de escolarização vivenciado no ensino público não é suficiente para habilitá-los a tornar-se estudantes universitários. Portanto, é preciso desenvolver estudos que permitam conhecer alguns aspectos das trajetórias socioeducacionais dessa população, bem como, as condições

¹ Este texto é parte integrante da dissertação de mestrado “Trajetórias de sucesso escolar dos jovens oriundos de escolas públicas no ensino superior”, cujo estudo visa conhecer e analisar as disposições que favoreceram o ingresso e a permanência de jovens, na faixa etária de 18 a 24 anos, em cursos de graduação considerados elitistas no Campus I/UFPB, 2015.

objetivas que as instituições de ensino superior público ofertam para que lhes sejam assegurados o ingresso e a permanência.

Em realidade, as estatísticas apontam mudanças no perfil da população universitária, nas duas últimas décadas, numa tendência crescente, e esse fato tem relação com a implementação de políticas e programas voltados para a democratização do acesso à educação superior.

Dados mais recentes do IBGE/PNAD (2014) apontam que as oportunidades de acesso ao ensino superior vêm progressivamente beneficiando outros segmentos da população, ainda que de forma lenta. Essa mudança pode ser observada com relação ao aumento da população jovem, de 18 a 24 anos de idade, que de 2004 a 2013 passou de 10,4% para 16,3 % à proporção de alunos que frequentava o ensino superior. Entretanto, esse avanço não é suficiente para que o Brasil consiga atingir os índices educacionais estabelecidos na Meta 12 do Plano Nacional de Educação PNE² cuja taxa líquida prevista até 2024 é de 33%.

No entanto, não se pode esquecer que as novas demandas estudantis exigem da universidade pública uma reestruturação dos seus processos acadêmicos e curriculares, bem como, adequação da sua estrutura física, visando assegurar o processo de expansão e, ao mesmo tempo, a permanência de grupos diversificados de estudantes.

Essas medidas são necessárias para se evitar o aumento das taxas de insucesso escolar que segundo os sociólogos são consideradas as “formas marginais de inserção dos estudantes no ensino superior, reforçando a tese dos excluídos do interior, ou seja, das práticas mais brandas ou dissimuladas de exclusão” (BOURDIEU, & CHAMPAGNE, 2001, apud ZAGO, 2006, p. 228).

Em relação aquele alunado oriundo das escolas públicas, este ingresso é permeado de riscos capazes de lhes impossibilitar o término do curso. Sabemos que o ingresso em uma instituição pública, com forte concorrência no processo seletivo,

² Meta 12 PNE - Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão. Lei nº13.005 de 25/06/2014 que aprova o PNE, correspondente ao decênio 2014-2024. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm> Acesso em: 07 ago. de 2014.

pressupõe, sem dúvida, uma formação anterior favorável e por esta razão a elite foi, de forma majoritária, historicamente privilegiada.

Por outro lado, a lógica do mercado de trabalho estabeleceu socialmente uma hierarquia nas carreiras e nos cursos de graduação estabelecendo uma distinção entre os cursos elitistas, voltados para as carreiras de alto prestígio social, e as licenciaturas destinadas a formação de profissionais em carreiras menos privilegiadas da sociedade. Fato que pode ser mensurado pelos índices de concorrência nos vestibulares e na ocupação das vagas, conforme a renda e origem familiar dos estudantes.

Com efeito, ao analisar o estudo de Pinto (2004, p.737) sobre o perfil socioeconômico dos universitários brasileiros identificamos que a escolha dos cursos de graduação estava e continua, na maioria das vezes, condicionada aos indicadores de renda familiar e rede de ensino (público e privado). Os estudantes de maior poder aquisitivo preferiam os cursos de: Medicina, Direito, Odontologia, Engenharia Civil, e em menor percentual, mas situando-se numa faixa de renda intermediária, aparecem Administração e Jornalismo. Já os estudantes de menor poder aquisitivo optavam por cursos de licenciatura como Matemática e Pedagogia.

Ao analisar os efeitos da Política de Inclusão Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, Lima (2013, p.19) confirma a tendência de crescimento das classes populares no ensino superior, no entanto, chama a atenção para o “problema da elitização” nos cursos de graduação nas universidades públicas. Parafraseando Santos (1998) a autora afirma que:

A desproporção entre o total de jovens brasileiros de baixa renda, em idade compatível com a escolaridade superior, e o pequeno número destes na universidade, principalmente na pública, caracteriza e reforça ainda mais a tese de que ocorre uma elitização, pois mesmo com o aumento gradativo de estudantes egressos da rede pública a predominância ainda é dos egressos da rede privada, principalmente nos cursos de alta demanda.

Diante desta argumentação, procuramos analisar os dados de matrículas de duas universidades públicas do Nordeste (Universidade Federal do Rio Grande do Norte/UFRN e da Universidade Federal da Paraíba/UFPB) observando a evolução das matrículas, por rede de ensino (pública e privada), e buscando compreender as mudanças ocorridas no perfil dos estudantes no período de 2003 a 2013.

Quadro nº 1- Matrícula de estudantes universitários na UFPB e UFRN, segundo a origem escolar, no período de 2003 a 2013:

IES	PERÍODO	Nº DE MATRICULADOS POR REDE DE ENSINO				TOTAL	% *	
		REDE PÚBLICA	REDE PRIVADA	AMBAS REDES	NÃO INFORMOU		PUB	PRIV
UFRN	2003	1.156	2.206	---	343	3.705	31,2	59,5
	2012	2.502	3.265	---	441	6.208	40,3	52,6
UFPB	2003	590	1.512	320	321	2.743	21,5	55,1
	2013	3.544	3.147	446	119	7.256	49,0	43,3

Fonte: Elaboração própria.

Dados da UFRN são do Observatório da Vida do Estudante Universitário/COPERVE (2012, apud Lima, 2013, p.19); Dados da UFPB são da Superintendência de Tecnologia da Informação/ STI-UFPB (2015); **Nota:*** A soma dos percentuais não totalizam 100%, pois não foram computados os dados relativos ao nº de estudantes egressos de outro tipo de rede.

De modo geral, os dados sinalizam uma tendência de ocupação das vagas nos cursos de graduação dessas IES por estudantes oriundos de escolas públicas, apesar de que, ainda há forte concentração de estudantes egressos de escolas privadas nas universidades públicas.

Os dados de matrícula da UFPB refletem bem essa mudança de perfil dos estudantes universitários, pois o percentual de estudantes oriundos da rede pública mais que duplicou nos últimos 10 anos, passando de 21,5% em 2003 para 49% em 2013. No caso da UFRN, houve um significativo crescimento no percentual de matrículas de estudantes egressos de escolas públicas passando de 31,2% em 2003 para 40,3% em 2012.

Esse fato torna-se mais evidente quando observamos os dados de matrícula a partir de 2007, período em que foi implantado o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação das Universidades Federais- REUNI.

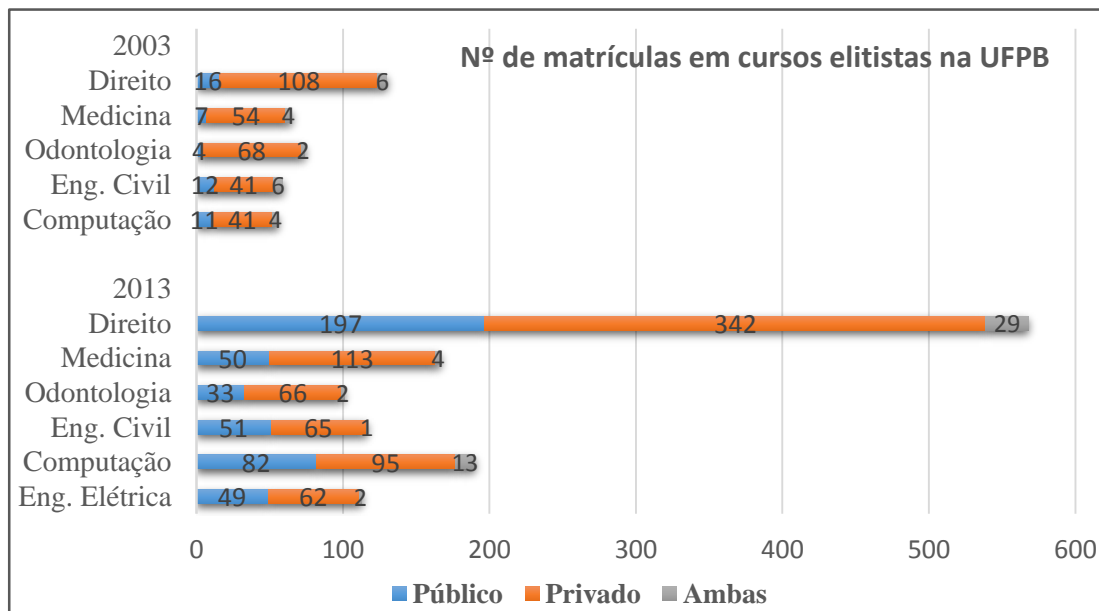
Diante das mudanças no perfil acadêmico dos estudantes da UFPB, resta-nos questionar se o crescimento das classes populares no ensino superior também se reflete na ocupação de vagas em espaços considerados elitistas. Poderíamos pensar que estamos caminhando rumo a “deselitização” desses espaços, ou isso seria uma grande utopia?

Na tentativa de responder essa pergunta recorreremos aos dados de matrículas dos cursos de graduação do Campus I da UFPB que apresentam alta demanda na concorrência das vagas³ por estarem relacionados a “carreiras de alto prestígio social”, são eles: Direito,

³ Dados do Ministério da Educação apontam que em 2013.1 a maior nota de corte na Universidade Federal da Paraíba- UFPB acompanhou a tendência nacional e ficou no curso de Medicina, com 791,46 pontos pelo ENEM/SISU. O curso de Direito ficou com a segunda maior nota de corte com 754,46 pontos. Em seguida veio Engenharia Civil (742,84 pontos), Odontologia (734,50 pontos), Engenharia Elétrica (718,26 pontos),

Medicina, Odontologia, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica e Ciências da Computação, conforme descrito no gráfico n° 1:

Gráfico n° 1- Matrícula de ingresso de estudantes em cursos de alta demanda no Campus I/UFPB, por rede de ensino, no período de 2003 a 2013:



Fonte: Dados da Superintendência de Tecnologia da Informação/ STI-UFPB, 2015. Nota: Os cursos de Engenharia Elétrica e Fonoaudiologia só foram implantados na UFPB a partir de 2010.

Os dados demonstram o significativo redimensionamento do perfil de estudantes na UFPB nos últimos anos, em especial, nos cursos considerados elitistas. Em 2003, o perfil predominante, em todos esses cursos, era de estudantes oriundos da rede privada e provenientes de famílias com nível social e econômico elevado. O cenário de 2013 é outro, constatamos um crescimento na ocupação das vagas por jovens oriundos de escolas públicas em espaços acadêmicos que, por via de regra, eram reservados aos mais aquinhoados.

Observamos que em alguns cursos a ocupação dessas vagas pelos estudantes da rede pública representa quase 50% do total, é o caso de Ciências da Computação, Engenharia Civil e Engenharia Elétrica. Porém, cursos como Medicina, Odontologia e Direito ainda prevalece a elitização ao consideramos que a maioria as vagas são ocupadas por estudantes oriundos da rede privada.

Ciências da Computação (697,02 pontos) e Fonoaudiologia (668,36 pontos). Todos na disputa por Ampla Concorrência. Fonte: < <http://blogdoenem.com.br/sisu-notas-de-corte-ufpb/> > Acesso em 16/11/2014.

Pierre Bourdieu ao descrever a “teoria da reprodução social” afirma que o acesso ao ensino superior ocorre de maneira desigual para os sujeitos das diferentes classes sociais:

[...] um jovem de camada superior tem oitenta vezes mais chances de entrar na Universidade que o filho de um assalariado agrícola e quarenta vezes mais que um filho de um operário, e suas chances são, ainda, duas vezes superiores àquelas de um jovem de classe média (BOURDIEU; PASSERON, 1964, apud NOGUEIRA; CATANI, 1998, p. 41).

Segundo os autores os desempenhos e os percursos escolares dos estudantes são determinados pelo capital cultural adquirido pelas diferentes categorias sociais, ou seja, as classes mais favorecidas são detentoras de um conjunto de recursos (língua, representações culturais, motivações) que, uma vez herdados pelos seus filhos, determinam o seu sucesso escolar. Enquanto que os sujeitos provenientes das classes populares, menos cultivados, teriam assim mais dificuldades escolares. “Para uns a aprendizagem da cultura da elite é uma conquista, para outros, uma herança” (BOURDIEU, 1964).

A esse respeito, Setton (2005) defende que Bourdieu não desconsidera a existência dos grupos populares na disputa pela cultura legítima, ou seja, estes segmentos não são destituídos de recursos que os habilitam a participar das lutas simbólicas. Ao contrário, Bourdieu enfatiza que a desigual distribuição desse recurso raro estimula o conflito entre os grupos sociais nas sociedades modernas.

Diante desse contexto, o desafio atual das políticas públicas de educação superior vai além da democratização do acesso, é preciso garantir a permanência de grupos específicos de estudantes. Para os estudantes de origem popular, conquistar a certificação em nível superior envolve uma complexidade de fatores que exige destes a adoção de estratégias capazes de lhes assegurar a superação das dificuldades na rotina acadêmica, evitando fracassar no percurso.

Considerando a problemática da retenção e/ou evasão escolar e seus malefícios em escala micro e macro social questionamos sobre o que tem feito a UFPB para melhorar as taxas de desempenho acadêmico dos estudantes assegurando-lhes a permanência com êxito, em especial, os estudantes provenientes das classes populares?

Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES

Considerando o aumento expressivo do número de vagas nos cursos de graduação e pós-graduação e a necessidade de ampliar, integrar e dar maior efetividade à assistência estudantil, a UFPB no ano de 2010 cria a Pró-reitoria de Assistência e Promoção ao Estudante (PRAPE), por meio a Resolução nº 29/2010 do CONSUNI.

Esta medida é decorrente da política nacional do Ministério da Educação que estabelece por meio do Decreto Nº 7.234 de 19/07/2010 o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES.

O referido Programa tem como objetivos: I – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (Art. 2º).

O perfil do estudante de graduação que pode ser beneficiário dessas ações está relacionado ao fator socioeconômico, ou seja, serão atendidos no âmbito do PNAES “prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar **per capita** de até um salário mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas IFES” (Art.5º).

As atividades de assistência estudantil desenvolvidas atualmente pela a UFPB, em consonância com o Decreto do PNAES, podem ser visualizadas no quadro nº 3.

Quadro nº 3 - Atividades de Assistência Estudantil desenvolvidas pela PRAPE (2014-2015)

ATIVIDADE	FINALIDADE
Residência e Restaurante Universitário	A concessão dos benefícios Restaurante e Residência Universitária, destina-se aos alunos dos cursos da graduação presenciais da Universidade Federal da Paraíba. (Resolução Nº 33/2014 do CONSUNI).
Auxílio-moradia	Tem como público-alvo os estudantes não residentes nas Residências Universitárias do Campus e que são oriundos de cidades fora da região metropolitana de João Pessoa. (Resolução Nº 33/2014 do CONSUNI).
Auxílio-creche	A concessão do benefício auxílio-creche destina-se aos estudantes dos cursos da graduação presenciais da Universidade Federal da Paraíba. (Resolução Nº 33/2014 do CONSUNI).
Auxílio-transporte	A concessão do benefício auxílio- transporte destina-se aos estudantes dos cursos da graduação presenciais das Unidade Acadêmicas de Santa Rita e Mamanguape do Campus I/ UFPB. (Resolução Nº 33/2014 do CONSUNI)
	A concessão do benefício auxílio- alimentação destina-se aos estudantes dos cursos da graduação presenciais das Unidade Acadêmicas de Santa Rita,

Auxílio-alimentação	Mangabeira e Mamanguape, vinculadas a UFPB, uma vez que essas Unidades ainda não possui Restaurantes Universitários. (Resolução Nº 33/2014 do CONSUNI).
Programa Bolsa Permanência	Visa a ajudar na permanência dos estudantes em condição de vulnerabilidade socioeconômica em cursos de graduação na modalidade presencial, disponibilizando bolsa de estudo. (Portaria nº 389 de 05 de maio de 2013 do MEC).
Prog. de Apoio ao Estudante com Deficiência – PAED	A PRAPE articulada ao Comitê de Inclusão e Acessibilidade – CIA oferece apoio pedagógico aos estudantes com deficiência através de acompanhamento de um estudante bolsista (Apoiador) do mesmo curso ou área que o estudante com deficiência. (Art. 3º, inciso X do Decreto PNAES)
Apoio em eventos	Oferece apoio para participação dos estudantes em diversos eventos acadêmicos como congressos, simpósios, seminários e encontros, por meio de: pagamento de inscrição, passagens individuais e/ou liberação de ônibus para apresentação de trabalhos acadêmicos; passagens e hospedagem para palestrantes convidados, etc. (Não tem resolução disponível no site da PRAPE)
Prog. Estudante Convênio de Graduação-PEC-G	Constitui um conjunto de atividades e procedimentos de cooperação educacional, cultural ou científico-tecnológico internacional, visando a formação do estudante estrangeiro em curso de graduação em IES federais, estaduais e particulares brasileiras. (Decreto Presidencial Nº 7.948, de 12 de março de 2013. No âmbito da UFPB a Resolução Nº 15, de 12 de julho de 1990, do CONSEPE)
Programa de Mobilidade Acadêmica	Regulamentar o processo de mobilidade/transferência de estudantes de graduação entre as IFES brasileiras. (Convênio ANDIFES que entre si celebram as IFES)

Fonte: Quadro de elaboração própria, segundo informações disponíveis no site da PRAPE: <http://www.ufpb.br/prape/?q=manual-prape>. Acesso em 05/11/2015.

Segundo o Relatório de Gestão da UFPB/Exercício-2013 foram atendidos 6.630 alunos/dia nos restaurantes universitários, bem como 1.125 estudantes instalados nas residências. Destacando ainda que, as diversas ações empreendidas pela PRAPE resultaram na assistência de 11.956 alunos” (2014, p. 39).

Diante da dificuldade de informações mais específicas sobre estes Programas, como por exemplo uma base de dados ou relatórios de domínio público, podemos mensurar que apesar dos esforços e dos investimentos empreendidos a UFPB ainda está longe de atender a demanda em potencial de estudantes de baixa renda matriculados nessa instituição, considerando que, em 2013 os dados de matrícula geral contabilizavam 47.754 alunos⁴. Sem falar que somente entre os anos de 2012 e 2013 ingressaram quase 7.000 estudantes oriundos da rede pública de ensino, isso nos leva a crer que, a maioria, se enquadravam no perfil socioeconômico dos programas de assistência estudantil.

⁴ Dados extraídos da Sinopses Estatística do Censo da Educação Superior: 2007 a 2012- BRASIL. INEP.

Programa de Incentivo ao Aumento da Taxa de Sucesso - PITS

Identificamos que, em 2013 a UFPB decidiu adotar o Programa de Incentivo ao Aumento da Taxa de Sucesso⁵ (PITS) dos cursos de graduação, através do Comitê Gestor de Bolsas Reuni de Assistência ao Ensino (Portaria MEC nº 582/2008; Resolução CONSEPE nº 60/2010) e do Programa de Demanda Social da Capes (Portaria CAPES nº 52/2002). O PITS definiu como meta inicial o aumento de 10% das taxas de sucesso dos cursos da Instituição.

Dentre os objetivos estabelecidos pelo PTIS destacamos: fornecer o suporte aos estudantes de graduação em disciplinas com alto índice de reprovação; promover cursos para estudantes com dificuldade de desempenho acadêmico; melhorar o desempenho dos estudantes nas disciplinas estratégicas do Curso; reduzir a permanência dos estudantes na universidade e aumentar a taxa de sucesso dos Cursos de Graduação.

Ressaltamos aqui uma das ações do PTIS que apresenta elementos bastante significativos para a discussão em torno dos fatores que influenciam a permanência e o sucesso dos estudantes de graduação na UFPB. Trata-se de um estudo diagnóstico realizado com os Coordenadores de 59 cursos de graduação, onde foram aplicados 75 questionários durante a realização do Fórum de Coordenadores promovido pela Pró-Reitoria de Graduação (PRG/UFPB), em abril de 2013.

Nesse diagnóstico, os Coordenadores avaliaram a influência de quatorze fatores para o aumento da taxa de sucesso nos cursos de graduação da UFPB, conforme descrito no quadro abaixo.

Quadro nº 2 – Diagnóstico Geral PTIS, a influência dos fatores no aumento da taxa de sucesso nos cursos de graduação da UFPB, abril 2013:

FATORES AVALIADOS	INFLUÊNCIA (Nenhuma- Pouca- Muito-Determinante)
1-Melhoria da infraestrutura do curso.	Pouca – 4 Muito/Determinante– 96
2- Aumento de programas com concessão de bolsas para a maior integração do estudante com o curso de graduação.	Pouca – 11 Muito/Determinante– 89
3- Oficinas para capacitação dos Coordenadores	Pouca – 13 Muito/Determinante- 87
4- Atualização pedagógica para docentes.	Pouca – 15

⁵ Documento contendo o Programa de Incentivo ao Aumento da Taxa de Sucesso dos Cursos de Graduação (2013) do Comitê Gestor Bolsa REUNI/ Demanda CAPES/Gabinete da Reitoria/UFPB. Disponível em: <http://www.ufpb.br/reuni/contents/documentos/pits-programa-de-incentivo-taxa-de-sucesso-2013.pdf/view>. Acesso 20/05/2014.

	Muito/Determinante- 85
5- Adoção de um banco de dados (cadastro único) para apoio ao estudante com indicativo de retenção.	Pouca – 15 Muito/Determinante – 85
6- Avaliação institucional.	Pouca – 15 Muito/Determinante – 85
7- Atualização do Projeto Pedagógico do Curso.	Pouca – 16 Muito/Determinante – 84
8- Implantação de um plano de apoio pedagógico para dar suporte aos estudantes recém aprovados.	Pouca – 17 Muito/Determinante - 83
9- Avaliação docente pelo estudante.	Pouca – 20 Muito/Determinante – 80
10- Limitar o número de estudantes por turma em disciplinas básicas.	Pouca – 22 Muito/Determinante – 78
11- Melhoria no sistema eletrônico da graduação para possibilitar um acompanhamento mais detalhado dos dados do curso.	Pouca – 28 Muito/Determinante – 72
12- Realização de cursos de férias, priorizando componentes curriculares com maiores quantidades de trancamentos e reprovações.	Pouca – 30 Muito/Determinante – 70
13- Utilização de mídias digitais.	Pouca – 30 Muito/Determinante – 70
14- Atualização do Regulamento dos cursos de graduação.	Pouca – 38 Muito/Determinante – 62

Fonte: Elaboração própria. Dados do Relatório Formulário de Coordenadores. Coordenação REUNI/PITS/UEPB (2013, p.79 e 80).

No geral, os Coordenadores avaliaram que todos esses fatores tem *muita influência e/ou são determinantes* para o aumento da taxa de sucesso escolar na graduação, variando o grau de importância segundo a realidade de cada curso. Porém, dentre os quatorze fatores avaliados alguns apresentam um maior grau de influência, como por exemplo: a melhoria da infraestrutura do curso e o aumento de programas com concessão de bolsas para a maior integração do estudante com o curso de graduação.

Segundo a avaliação dos Coordenadores, a ênfase na infraestrutura dos cursos traduz a precariedade das condições de trabalho existentes em termos de sala de aula, laboratórios, bibliotecas, equipamentos e recursos humanos. “A falta de infraestrutura adequada contribui de forma decisiva para o processo de evasão e retenção dos estudantes” (p.79).

Por outro lado, a compreensão de que o aumento de programas com concessão de bolsa de estudo para os estudantes constitui um fator preponderante para a permanência e sucesso destes na graduação, pode ser justificada frente ao atual perfil do estudante da UEPB que é identificado com o de “trabalhador” e de “carente”. Mas, é preciso atentar para que as bolsas de estudo não sejam tratadas com o viés assistencialista. “É preciso

identificar o tipo de bolsa capaz de melhorar o desempenho e incentivar o estudante a concluir os seus estudos” (p.79).

A visão de alguns docentes da UFPB, como Prestes, Jezine e Scocuglia (2012), também convergem para a concepção de que o sucesso acadêmico dos estudantes da graduação está atrelado a participação dos mesmos em programas com concessão de bolsas de estudo (pesquisa, monitoria e/ou extensão):

[...] o sucesso dos estudantes relaciona-se às condições oferecidas pela a instituição para a sua permanência. [...] A universidade para fortalecer seu processo de expansão e democratização do ensino deve contemplar políticas institucionais de bolsas de pesquisas e monitorias, como componente indispensável para a inclusão social, e crescimento com qualidade. [...] Além da expansão de bolsas na pesquisa e na extensão, inclui-se a ampliação de programas institucionais de bolsa que objetivam a melhoria da qualidade pedagógica das licenciaturas tais como: Programa de Consolidação das Licenciaturas (PRODOCÊNCIA); Programa Inst. de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID); Programa de Projetos de Pesquisa na Licenciatura (PROLICEN), que contribuem para a redução da evasão e retenção nos cursos de graduação (p. 212 e 213).

Frente a essas questões, espera-se que a equipe gestora da UFPB (reitoria, coordenação de curso, docentes, etc) adote medidas eficazes de tratamento aos fatores acima mencionados considerando que isso impactará positivamente nas taxas de sucesso acadêmico dos estudantes de graduação, principalmente, daqueles oriundos da rede pública de ensino.

A maioria desses estudantes ingressam na universidade em condições desiguais e conseqüentemente enfrentam na sua trajetória universitária uma série de dificuldades, algumas advindas da sua formação em nível médio e outras das suas limitações financeiras. No entanto, esses fatores não podem ser motivos para justificar e/ou reforçar as desigualdades no interior das universidades, pois como afirma Kuenzer (2000, apud LIMA, 2013, p.72):

... uma sociedade na qual os jovens possam exercer o direito à diferença, sem que isso se constitua em desigualdade, de tal modo que as escolhas por determinada trajetória educacional e profissional não seja socialmente determinada pela origem de classe. (...) Isso exigiria que, potencialmente, existisse trabalho digno e oportunidades educacionais para todos em todos os níveis.

Programas de Iniciação Científica e Tecnológica/CNPq

Outro desafio que não podemos deixar de mencionar é o fato de que a universidade vem enfrentando, nas últimas décadas, uma crise de legitimidade pela incorporação da lógica de mercado a múltiplos aspectos da vida social.

Portanto, vem sendo impelida a adequar-se as atuais exigências da sociedade do conhecimento e da economia globalizada para atender o atual modelo econômico-social, no qual “todos têm interesse na qualidade da universidade, entre outras razões porque a ciência-tecnologia tornou-se mercadoria-chave, ao lado do trabalho, da acumulação de capital” (SGUISSARDI, 2006, p. 4).

Nesse contexto, insere-se a iniciação científica como sendo um mecanismo eficiente de incentivo à produção de conhecimento científico e tecnológico para os estudantes da graduação. Funcionando também como um importante veículo de conscientização e politização da realidade social na medida em que faz uso de diferentes conhecimentos de forma organizada e orientada.

Na UFPB a pesquisa institucional tem como principal agência de fomento dos programas de Iniciação Científica o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), o qual é vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), e tem como principais atribuições fomentar a pesquisa científica e tecnológica e incentivar a formação inicial de pesquisadores brasileiros.

Os programas vinculados ao CNPQ, no campo da pesquisa, dirigidos aos estudantes do ensino superior são: Programa Institucional de Iniciação Científica (PIBIC); Programa Institucional de bolsa de Iniciação Científica – Ações Afirmativas (PIBIC-AF); Programa Institucional de bolsa de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI); e os Programas vinculados a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior são: Programa Jovens Talentos para Ciência da CAPES e Ciência sem Fronteiras⁶. Estes programas disponibilizam bolsas aos estudantes no valor de até R\$ 400,00, conforme os critérios estabelecidos nos editais de seleção.

⁶ Disponível no site do CNPq em <<http://www.cnpq.br/web/guest/piict>>. Acessado em 30/04/2015.

A UFPB coordena a execução dos Programas de Iniciação Científica supracitados gerenciando, também, outros dois Programas que não disponibilizam bolsas de IC, pois são direcionados ao voluntariado, são eles: PIVIC (Programa de Inst. de Voluntários de Iniciação Científica) e PIVITI (Programa de Inst. de Voluntários de Iniciação Tecnol. e Inovação).

Nossa atenção se volta para o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) considerando sua relevância no campo da pesquisa por entender que esta atividade acadêmica contribui para articulação entre o ensino e extensão, e ao mesmo tempo envolve o aluno em ações de produção do conhecimento que podem potencializar a permanência e a conclusão, na perspectiva inclusiva (JEZINE, FARIAS e FELINTO, 2015).

No âmbito universitário o PIBIC é considerado um Programa seletivo e de distinção acadêmica, tanto pela relevância científica dos projetos de pesquisa aprovados pelo CNPq, como pelo rigor da seleção dos estudantes/bolsistas cujos critérios são adotados pelos próprios professores pesquisadores autores das pesquisas, ou seja, eles optam pelos estudantes que melhor podem contribuir para o desenvolvimento da sua pesquisa.

O PIBIC tem por finalidade “despertar a vocação científica e incentivar talentos potenciais entre estudantes de graduação universitária, em todas as áreas do conhecimento, mediante participação em projetos de pesquisa” (PRPG/UFPB,2015). O Programa também visa estimular o interesse dos estudantes pela pós-graduação.

Segundo dados da Coordenação Geral de Programas Acadêmicos e de Iniciação Científica -CGPAIC/PRPG/UFPB, nos últimos quatro anos o CNPq ofertou 3.227 bolsas de iniciação científica para os Programas PIBIC, PIBIC-AF e PIBITI, sendo que a maioria (3.089) foi destinada ao PIBIC/UFPB, como demonstra o quadro abaixo:

Quadro nº 3 – Quantidade de Bolsas de Iniciação Científica na UFPB, período 2012 a 2015:

UFPB/CNPq PROGRAMAS	VIGÊNCIA 2012 a 2015*			
	Nº Bolsas	2012 a 2013	2013 a 2014	2014 a 2015
PIBIC	3.089	939	1.080	1.070
PIBIC-AF	36	17	19	0
PIBITI	102	57	41	4
Geral	3.227	1.013	1.139	1.075

Nota: As bolsas são computadas considerando a seguinte vigência (ago/2012 a jul/2015).
Fonte: Elaboração própria. Dados fornecidos pela CGPAIC/PRPG/UFPB (2015).

A relevância acadêmica e a dimensão dos Programas de IC na UFPB nos impulsionou a buscar mais informações sobre a participação dos estudantes universitários oriundos de escolas públicas nesses programas, mais especificamente no PIBIC/UFPB/CNPq.

Quadro nº 4 - Perfil dos Bolsistas PIBIC/UFPB considerando o período de ingresso na Graduação (2007.1 a 2014.1):

Quant. Bolsista PIBIC	SEXO		ORIGEM ESCOLAR (EM)				FORMA DE INGRESSO ENSINO SUPERIOR						
	Masc	Fem	Pub	Part	Pub/Part	Não Inform	Vestibular PSS	ENEM SISU	Graduado	Reopção curso/ Turno	Transf	Ead-Vest/ Reopção	Outros *
4.388	1833	2.555	1.684	2.315	278	111	3.491	562	92	86	107	22	28
100%	42%	58%	38%	53%	6%	3%	80%	13%	2%	2%	2%	1%	1%

FONTE: Elaboração própria. Dados fornecidos pela Superintendência de Tecnologia da Informação - STI/UFPB (abril 2015). **Nota:** *Outros: Decisão Judicial PSS; Decisão CONSEPE; Mobilidade Interna; Mudança de Campus/Curso; PSS por liminar; Reingresso CONSEPE.

Os dados apontam que 58% dos bolsistas são predominantemente do sexo feminino. Com relação a origem escolar dos estudantes que participaram como bolsistas do PIBIC/UFPB, no período de 2007 a 2014, 38% cursaram o ensino médio em escolas públicas e 53% em escolas da rede particular. Quanto a forma de ingresso na UFPB, 80% dos bolsistas ingressaram por meio do Processo Seletivo Seriado (vestibular) e apenas 13% foi pelo processo ENEM/SISU.

Analisando esses dados podemos mensurar que a inserção dos estudantes de origem popular nos programas acadêmicos tem sido uma conquista e ao mesmo tempo uma preocupação, pois entendemos que a política de expansão com inclusão mediante a oferta de programas acadêmicos não tem contemplado a demanda atual de estudantes. “Afim, o acesso sem a garantia das condições para o sucesso, podem limitar a concretização da permanência inclusiva” (JEZINE, FARIAS e FELINTO, 2015).

Com relação as vantagens da Iniciação científica para a formação dos estudantes de graduação Fava-de-Moraes e Fava (2000) avaliam que esse é um importante instrumento para ajudar a juventude a fugir da rotina acadêmica de apenas estudar para cumprir as exigências do curso e conseguir o diploma, ou seja, a relevância da IC está em abrir novos horizontes educacionais e até profissionais para os estudantes durante a graduação:

A primeira conquista de um estudante que faz iniciação científica é a fuga da rotina e da estrutura curricular, pois agrega-se aos professores e disciplinas com quem tem mais “simpatia” e “paladar”, desenvolvendo capacidades mais diferenciadas nas expressões oral e escrita e nas habilidades manuais. [...]

Uma outra vantagem é a de perder o medo, não ter pânico do novo. [...]Também pode-se mencionar que, em geral, todos os estudantes que fizeram iniciação científica têm melhor desempenho nas seleções para a pós-graduação, terminam mais rápido a titulação, possuem um treinamento mais coletivo e com espírito de equipe e detêm maior facilidade de falar em público e de se adaptar às atividades didáticas futuras. (2000, p.75)

Os autores ainda destacam que os estudantes de IC “são excelentes fontes de informação para as adequações curriculares de impacto nos cursos de graduação, podendo ser considerados termômetros muito importantes da qualidade do curso”.

Quanto ao auxílio financeiro oferecido aos estudantes (bolsistas) pelo Programa de IC os autores enfatizam que estes recursos são utilizados para comprar livros, fazer documentações, etc., oferecendo aos estudantes a possibilidade de montar seu próprio acervo para o futuro. Sem contar que “alguns estudantes usam esse auxílio para ajudar a própria família ou para dispensar a mesada doméstica” (p.76).

Porém, nem tudo são flores na Iniciação Científica. Os autores alertam para algumas “imperfeições do sistema científico” que podem gerar risco para os estudantes, frente a sua imaturidade inicial, como por exemplo, a escolha inadequada do orientador; a exploração da mão-de-obra barata; e as atitudes de mal conduta e/ou de fraudes criminosas.

Outros autores como Cardoso, Junior, Martinho e Cyrillo (2004), defendem a importância dos estudantes desenvolverem durante a graduação a habilidade em realizar pesquisas com o intuito de dominar, desde de cedo, o método científico. Estes autores apresentam uma série de resultados sobre a importância da IC na formação dos estudantes de Medicina, dentre eles, destaca-se que a experiência em pesquisa ajudou aos estudantes incorporar as seguintes atitudes: fazer perguntas; avaliar dados; usar novas técnicas; desenvolver metodologia; rever literatura criticamente; escrever manuscritos de artigos; apresentar atitudes para conduta de pesquisa responsável.

Outra constatação foi a de que os alunos que se envolveram em pesquisa tenderam a escolher a carreira acadêmica numa proporção três vezes maior do que aqueles que não o fizeram. “Fora de dúvida é que os alunos de Medicina que buscam a iniciação científica se destacam em suas atividades profissionais e preferem a carreira acadêmica” (CARDOSO et al, 2004, p.9).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De modo geral, constatamos que o processo de expansão da educação superior provocou mudanças não somente no perfil dos estudantes universitários, mas também ocorreu uma certa democratização no acesso aos cursos de graduação no Campus I da UFPB. Percebe-se uma fluidez vertical de ascensão dos indivíduos das classes populares aos estratos superiores, principalmente nos cursos elitistas e nos arriscamos em dizer que esse fenômeno reflete os efeitos das políticas públicas implementadas a partir do REUNI.

No entanto, as pesquisas relacionadas ao desempenho acadêmico demonstram que não basta garantir o acesso ao ensino superior é preciso possibilitar aos estudantes as condições reais para a sua permanência e conclusão com sucesso escolar. Ao descrever os programas implementados pela UFPB no campo da Assistência Estudantil e no campo da pesquisa, com os Programas Acadêmicos, nossa intenção é chamar a atenção para desproporção entre a demanda e a oferta e, ao mesmo tempo, enfatizar a necessidade de ampliação desses programas com vistas a melhoria das taxas de desempenho.

Particularmente, no caso dos estudantes oriundos de escolas públicas e/ou de baixa renda afirmamos que esses Programas tem um valor imensurável para a permanência dos mesmos na graduação. Os programas acadêmicos de Iniciação Científica, no campo da pesquisa, além de funcionar como um importante aliado na formação, também oferecem aos estudantes o auxílio financeiro (bolsa) que lhes possibilita a condição de atuar com dedicação exclusiva para os estudos. Do contrário, muitos jovens são pressionados a buscar algum tipo de atividade remunerada para se manter na graduação mas, nem sempre o tipo e as condições dessas ocupações produzem reflexos positivos na formação acadêmica e profissional dos mesmos.

Não estamos enfatizando apenas a condição socioeconômica destes estudantes, mas sobretudo chamando a atenção para as garantias de oportunidades educacionais que o Estado como provedor do direito à educação precisa assegurar a todos, de modo que, desfrutem das mesmas condições de acesso aos bens materiais e culturais socialmente produzidos.

REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C. Les Héritiers. Paris: Les Éditions de Minuit, 1964.
- BRASIL, INEP. Sinopses Estatística do Censo da Educação Superior: 1995 a 2012. Brasília: Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>. Acesso 20 julho. 2015.
- CARDOSO G.P., SILVA JUNIOR C.T., MARTINHO J.M.S.G., CYRILLO R.J.T. Iniciação científica em medicina: uma questão de interesse para todas as especialidades. Pulmão RJ. 2004; Volume 13, nº1, P:8-12. Disponível em http://sopterj.com.br/profissionais/revista/2004/n_01/02.pdf. Acesso em 15/02/2015.
- FAVA-DE-MORAES, F.; FAVA, M. A iniciação científica: muitas vantagens e poucos riscos. São Paulo Perspectiva. 2000, vol.14, n.1, pp. 73-77. ISSN 1806-9452.
- JEZINE E.M.A., FARIAS S.B., FELINTO J.F. Reflexões sobre expansão x permanência na UFPB. XXIII Seminário da Rede Universitas/BR. Belém 2015.
- LIMA, C.P., Ingressar na UFRN: trajetórias escolares e universitárias de estudantes egressos da educação básica da rede pública. Tese (Programa de Pós-Graduação em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2013.
- NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (Org.). Escritos de Educação. Petrópolis: Vozes, 1998.
- PINTO, J.M.R. O acesso à educação superior no Brasil. Educação e Sociedade. Campinas, vol. 25, n. 88, p. 727-756, Especial - Out. 2004. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>
- PRESTES, E. M. DA T.; JEZINE, E.; SCOCUGLIA, A. C. Democratização do Ensino Superior Brasileiro: o caso da Universidade Federal da Paraíba. Revista Lusófona de Educação, núm. 21, 2012, p. 199-218. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias Lisboa, Portugal.
- SETTON, Maria da Graça J. Um novo capital cultural: pré-disposições e disposições à cultura informal nos segmentos com baixa escolaridade. Educação e Sociedade, vol.26, nº 90, Campinas. Jan-abril, 2005.
- SGUISSARDI, Valdemar. Que lugar ocupa a qualidade nas recentes políticas de educação superior? In: Anais XIII ENDIPE: Políticas educacionais, tecnologia e formação do educador: repercussão sobre a didática e as práticas de ensino. Recife: Bagaço, 2006. v. 2.
- UFPB. Relatório de Gestão 2013 da Universidade Federal da Paraíba. (REUNI/UFPB). Mar. 2014. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/reuni/>>. Acesso em: 12 de mai. 2014.
- ZAGO, N. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. In: Revista Brasileira de Educação. Vol.11, nº 32. mai/ago de 2006.